



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (027) 99815-4430 CNPJ 36.350.320/0001-19

www.camarasdn.es.gov.br / admin@camarasdn.es.gov.br

Ano 2025

PROCESSO

Nº 153

INTERESSADO: Comissão Permanente de Finanças e Orçamento

PROJETO: Projeto de Decreto Legislativo nº 002 de 26 de maio de 2025

ASSUNTO: Dispõe sobre a aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES relativas ao Exercício de 2023, sob a responsabilidade da Senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira.

TRAMITAÇÃO	DIA/MÊS	VEREADORES PRESENTES	VEREADORES APROVAM PROJETO	VEREADORES REJEITAM PROJETO	VEREADORES ABSTÊM-SE DO PROJETO
EXPEDIENTE	26.05.25	09			
1ª DISCUSSÃO	11.06.25	09	08	-	-
2ª DISCUSSÃO	30.06.25	09	08	-	-

TRAMITAÇÃO	VEREADORES CONTRÁRIOS AO PROJETO
1ª DISCUSSÃO	
2ª DISCUSSÃO	

TRAMITAÇÃO	PEDIDO DE VISTAS (VEREADORES)
1ª DISCUSSÃO	
2ª DISCUSSÃO	



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 2C497-C16E8-64483



Ofício 00792/2025-8

Processo: 04198/2024-3

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Descrição complementar: SÉRGIO LUIZ TAMANINI - Presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Norte

Exercício: 2023

Criação: 14/03/2025 16:59

Origem: SGS - Secretaria-Geral das Sessões

Câmara Municipal
São Domingos do Norte



PROCESSO: N° 000089/2025 26/03/2025

Origem: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - ES -

Assunto: OFÍCIO - N° 00792/2025-8 - Processo TC N° 4198/2024 - Parecer Prévio 00008/2025-3 - 1ª Câmara.

A Sua Excelência o Senhor

SÉRGIO LUIZ TAMANINI

Presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Norte

Assunto: Processo TC n° 4198/2024 – Parecer Prévio 00008/2025-3 - 1ª Câmara

Senhor Presidente,

Encaminhamos, nos termos do art. 129 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, cópia do **Parecer Prévio 00008/2025-3 - 1ª Câmara**, do Parecer do Ministério Público de Contas 6067/2024, da Instruções Técnica Conclusiva 5237/2024 e do Relatório Técnico 255/2024 **prolatados no processo TC n° 4198/2024**, que trata de prestação de contas anual de chefe de Poder Executivo, referentes ao exercício de 2023, de responsabilidade da Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira., Prefeita Municipal de São Domingos do Norte.

Após o julgamento das contas pelo Legislativo Municipal, solicitamos o encaminhamento a esta Corte, nos termos do art. 79 da Lei Complementar Estadual n° 621/2012, c/c art. 131 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, de cópia do ato de julgamento e da ata da sessão correspondente, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação.

Atenciosamente,

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário Geral das Sessões

(Por delegação – Portaria N n° 021/2011)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini , 133

Centro, São Domingos do Norte - ES - CEP: 29745-000

Telefone: (27) 3742-1128



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: CE73A-09AD5-8B4A3



Parecer Prévio 00008/2025-3 - 1ª Câmara

Processo: 04198/2024-3

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2023

UG: PMSDN - Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte

Relator: Davi Diniz de Carvalho

Responsável: ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA

Assinado por
SFRASSTAO CARLOS RANNA
Assinado por
LUCIRLENE SANTOS RIBAS
Assinado por
SERGIO ABOUDIB FERREIRA
Assinado por
DAVI DINIZ DE CARVALHO

RELATÓRIO
E PARECER
PRÉVIO

CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

EXERCÍCIO

2023

MUNICÍPIO

**SÃO DOMINGOS DO
NORTE**



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comissão

Conselheiros

Domingos Augusto Taufner - Presidente
Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha - Vice-presidente
Sebastião Carlos Ranna de Macedo - Ouvidor
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - Corregedor
Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun - Diretor da Escola de Contas Públicas
Rodrigo Coelho do Carmo – Conselheiro
Davi Diniz de Carvalho – Conselheiro

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas
Marco Antônio da Silva
Donato Volkers Moutinho

Ministério Público junto ao Tribunal

Luciano Vieira - Procurador Geral
Luis Henrique Anastácio da Silva
Heron Carlos Gomes de Oliveira

Conteúdo do Parecer Prévio

Conselheiro Relator

Davi Diniz de Carvalho

Procurador de Contas

Luis Henrique Anastácio da Silva

Audidores de Controle Externo

Adecio de Jesus Santos
Andre Lucio Rodrigues de Brito
Artur Henrique Pinto de Albuquerque
Beatriz Augusta Simmer Araujo
Jaderval Freire Junior
José Antonio Gramelich
Julia Sasso Alighieri
Mayte Cardoso Aguiar
Raymar Araújo Belfort
Robert Luther Salviato Detoni
Rodrigo Reis Lobo de Rezende
Walternei Vieira de Andrade

SUMÁRIO EXECUTIVO

O que o TCEES apreciou?

Em cumprimento ao art. 31, § 2º, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) c/c o art. 71, inciso II, da Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 (CE/1989), o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) apreciou as contas prestadas pela chefe do Poder Executivo municipal de São Domingos do Norte, Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira, relativas ao exercício de 2023, com a finalidade de emitir o parecer prévio, como requisito essencial para o julgamento das contas a ser realizado pela respectiva câmara municipal, na forma prevista no art. 31, § 2º, da CF/1988 c/c o art. 29 da CE/1989.

Na apreciação, o Tribunal examinou a atuação da prefeita no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Legislativo municipal; bem como a observância às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e o devido cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis.

No que tange à metodologia utilizada, a Corte examinou os demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, exigíveis pela Instrução Normativa (IN) TC 68, de 8 de dezembro de 2020, de forma a possibilitar a avaliação da gestão política do chefe do Poder Executivo municipal. Esta avaliação, precedida pela análise de consistência dos dados e informações encaminhados eletronicamente ao TCEES, baseou-se no escopo de análise definido em anexo específico da Resolução TC 297, de 30 de agosto de 2016, e, ainda, nos critérios de relevância, risco e materialidade dispostos na legislação aplicável, contemplando adoção de procedimentos e técnicas de auditoria que culminaram no relatório integrante do presente parecer prévio. Cabe registrar, ainda, que o Tribunal buscou identificar, inclusive em processos de fiscalizações correlacionados, os achados com impacto ou potencial repercussão nas contas prestadas, os quais seguem detalhados no presente documento.

O que o TCEES encontrou?

Do exame da execução orçamentária, financeira, fiscal e da observância aos limites constitucionais foram identificados resultados da gestão, dentre os quais destacam-se os demonstrados no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Principais resultados de gestão financeira, fiscal e limites constitucionais

	Dispositivo Legal	Valor	Limite	Executado
Resultado Orçamentário	Art. 102 e Anexo XII da 4.320/1964	747.560,55		
Resultado Financeiro	Art. 103 e Anexo XII da 4.320/1964	20.669.611,28		
Repasse Duodécimo ao poder legislativo	Art. 29-A da CF/88	2.494.877,40	max. 7%	7,00%
Receita Bruta de Impostos		38.333.853,90		
Manutenção do Ensino	Art. 212, caput, da CF/88	13.373.086,55	min. 25%	34,89%
Receita Cota Parte FUNDEB*		9.746.053,96		
Remuneração do Pessoal da Educação Básica	Art. 60, XII do ADCT da CF/88	9.454.978,75	min. 60%	97,01%
Receitas Impostos e Transferências		36.975.099,73		
Despesas com Ações e Serviços de Saúde	Art. 77, III do ADCT da CF/88	7.659.757,49	min. 15%	20,72%
Receita Corrente Líquida (RCL)	Art. 2º, IV, "c" da LRF	55.118.632,52		
Receita Corrente Líquida p/fins de endividamento (RCL)		55.750.072,52		
Despesa com pessoal - limite do poder executivo	Art. 20, III, "b" da LRT	25.530.360,94	máx. 54%	46,32%
Despesa com pessoal - limite consolidado do ente	Art. 19, III da LRF	26.898.105,25	máx. 60%	48,80%
Dívida Consolidada Líquida	Art. 55 e 59 da LRF c/c Art. 3º, II da Res. 40/2001	-21.385.829,16	máx. 120%	-38,36%
Operações de Crédito	Art. 29 LRF c/c Art. 7º, I, da Res. 43/2001	0,00	máx. 16%	0,00%
Contratação por Antecipação de Receita Orçamentária	Art. 38 LRF c/c Art. 10 da Res. 43/2001	0,00	máx. 7%	0,00%
Garantias concedidas	Art. 9º da Res. 43/2001	0,00	máx. 22%	0,00%
Disponibilidade de Caixa Líquida	Art. 1º, § 1º da LRF	20.617.796,96		
Regra de Ouro	Art. 167, III, da CF/88	cumpriu		

* A Receita cota-parte do FUNDEB equivale ao Total de Receitas recebidas do FUNDEB (R\$ 9.918.546,95), excluídos os recursos da complementação da União - VAAR (R\$ 172.492,99), nos termos do que prevê o art. 212-A, XI, da CF/88.

Fonte: Elaborado pelo Relator

Acerca da gestão orçamentária a área técnica concluiu que **foram observados**, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a LOA.

Em relação às demonstrações contábeis a área técnica registrou que não há conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas, parte integrante da prestação de contas anual da chefe do Poder Executivo Municipal do exercício de 2023, não represente adequadamente, em seus aspectos relevantes, a **situação financeira, orçamentária e patrimonial** do Município em 31 de dezembro de 2023.

Por fim, embora não abordados neste tópico, encontram-se destacados na Instrução Técnica Conclusiva 5237/2024 - integrante deste parecer prévio independentemente da transcrição - informações relevantes sobre a: conjuntura econômica e fiscal [seção 2]; renúncia de receitas [subseção 3.5]; condução da política previdenciária [subseção 3.6]; riscos à sustentabilidade fiscal [subseção 3.7]; dados e informações sobre as demonstrações contábeis consolidadas do município [seção 4]; resultados da atuação governamental [seção 5]; fiscalização em destaque [seção 6]; controle interno [seção 7] e monitoramento das deliberações do colegiado [seção 8].

Qual é a deliberação?

Propõe-se que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo emita parecer prévio pela **APROVAÇÃO** das contas anuais, referentes ao exercício de 2023, prestadas pela prefeita municipal de São Domingos do Norte, Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira.

Ressalta-se a existência de proposições no sentido de expedir **ciência** à atual chefe do Poder Executivo, quanto às ocorrências registradas na Instrução Técnica Conclusiva 5237/2024.

Quais os próximos passos?

Encerrada a apreciação das contas prestadas pela prefeita, o TCEES encaminhará o parecer prévio à Câmara Municipal de São Domingos do Norte, titular da competência constitucional para o seu julgamento. Após a decisão final do Legislativo, o presidente da câmara deve remeter ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do ato de julgamento e da ata da sessão deliberativa.

Na sequência, com base nas conclusões geradas no âmbito da referida apreciação, o Tribunal passará a monitorar o cumprimento das deliberações do colegiado, bem como os resultados delas advindos.

Finalmente, é importante registrar que o Tribunal mantém os seus pareceres prévios e os resultados dos julgamentos efetuados pelo Poder Legislativo disponíveis ao acesso de todos no Painel de Controle [<https://paineldecontrole.tcees.tc.br>], ferramenta de controle social e de suporte à tomada de decisões dos gestores públicos na qual podem ser consultadas múltiplas informações sobre a gestão dos recursos públicos do estado do Espírito Santo e dos municípios capixabas.

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), instituição competente para o controle externo da administração orçamentária, financeira, operacional, contábil e patrimonial do Estado do Espírito Santo e dos municípios capixabas, tem como uma de suas principais atribuições “apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelos Prefeitos, no prazo de até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento”.

As contas ora analisadas, referentes ao exercício de 2023, são de responsabilidade da Prefeita Municipal de São Domingos do Norte, Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira, tendo sido encaminhadas à Corte de Contas no dia 30 de abril de 2024, em observância ao prazo limite de 30 de abril de 2024.

Essas contas referem-se ao período de atuação do(a) responsável e abrangem a totalidade do exercício financeiro, compreendendo as atividades dos poderes Executivo e Legislativo. Incluem ainda o balanço geral do município e as demais informações exigidas pela Instrução Normativa TC 68/2020. Adicionalmente, estão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão municipal responsável pelo controle interno.

O parecer prévio emitido pelo Tribunal, fundamentado em análise técnica aprofundada das contas prestadas, subsidia o julgamento do Poder Legislativo, fornecendo elementos técnicos para orientar sua decisão e, assim, atender à sociedade em seu legítimo anseio por transparência e correção na gestão dos recursos públicos municipais.

Esse parecer está organizado em três capítulos principais: Relatório, Fundamentação e Deliberação.

No **Capítulo I – Relatório**, apresenta-se, de forma breve, um histórico do processo até a emissão do voto.

No **Capítulo II – Fundamentação**, são expostos os fundamentos da proposta de deliberação, destacando-se brevemente alguns pontos das análises realizadas pela

área técnica do TCEES e pelo Ministério Público de Contas junto ao TCEES, além de apresentar as análises e conclusões do relator, acerca dos achados apontados pela área técnica.

Por fim, o **Capítulo III – Deliberação** consubstancia a decisão, apresentando a proposta de parecer prévio a ser aprovado pelo TCEES, além de outras deliberações complementares que integram o julgamento.

SUMÁRIO

I	FUNDAMENTOS	11
I.1	INTRODUÇÃO	11
I.2	DO MÉRITO	13
II	PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO	15

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PREFEITO –
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE – 2023 –
PARECER PRÉVIO – APROVAÇÃO – ARQUIVAMENTO.**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) é de parecer que as contas anuais, referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pela prefeita municipal de São Domingos do Norte, Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira, estão em condições de serem **APROVADAS** pela Câmara Municipal de São Domingos do Norte.

O RELATOR, EXMO. SR. CONSELHEIRO DAVI DINIZ DE CARVALHO.

1 RELATÓRIO

Trata-se da prestação de contas anual de chefe de Poder Executivo, referentes ao exercício de 2023, de responsabilidade da Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira., Prefeita Municipal de São Domingos do Norte, encaminhada para apreciação deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) com vistas à emissão de parecer prévio.

A prestação de contas foi analisada pelas unidades técnicas (doravante denominadas área técnica), conforme Relatório Técnico 255/2024 (doc. 103) e Instrução Técnica Conclusiva 5237/2024 (doc. 104), ambos tendo como proposta de encaminhamento a emissão de parecer prévio dirigido à Câmara Municipal de São Domingos do Norte recomendando a aprovação da prestação de contas anual da Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira, prefeita do município de São Domingos do Norte, no exercício de 2023, na forma do art. 80, I, da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, I, do RITCEES.

Em seguida, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas (MPC), que se manifestou por meio do Parecer Ministerial 6067/2024 (doc. 106), da lavra do Procurador Luis Henrique Anastácio da Silva, que anuiu à análise feita na Instrução Técnica Conclusiva 5237/2024 (doc. 104).

Após a manifestação ministerial, os autos vieram conclusos a este Gabinete para a prolação de voto.

I FUNDAMENTOS

I.1 INTRODUÇÃO

Por força dos arts. 84, inciso XXIV, 31, § 2º, e 75 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), anualmente, os Chefes do Poder Executivo devem prestar contas referentes ao exercício anterior. Tais contas, na sistemática constitucional, devem ser apreciadas pelo Tribunal de Contas competente e julgadas pelo respectivo Poder Legislativo, conforme estabelecem, de forma combinada, os arts. 71, inciso I, 75, 31, § 2º, e 49, inciso IX, da CF/1988.

A CF/1988 atribui ao parlamento a competência para o julgamento das contas dos governantes, porém, determina aos Tribunais de Contas o dever de apreciar as contas e emitir parecer prévio a seu respeito. Na perspectiva de Moutinho (2021, p.48)¹ este arranjo constitucional tem a “finalidade de reduzir a assimetria de informação entre o Executivo e o Legislativo e, também, de amenizar o caráter político desse julgamento, devem apreciar as contas e emitir parecer prévio a seu respeito”.

Assim, em cumprimento ao que dispõe a CF/88, replicado por simetria nos arts. 91, XVIII, 29, § 2º, e 71, inciso II, Constituição Estadual de 1989 (CE/1989), o TCEES apreciou as contas prestadas pela Prefeita de São Domingos do Norte, com a finalidade de subsidiar o julgamento posterior pela respectiva Câmara Municipal.

De acordo com o art. 76, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 621/2012, as contas anuais prestadas pelos prefeitos precisam ser acompanhadas do relatório e parecer conclusivo do controle interno municipal e sua composição é definida pelo próprio TCEES, em seus atos normativos. A LC 621/2012, dispõe, ainda, em seu art. 80, I, II e III, que o parecer prévio sobre as contas de Governo poderá ser pela:

¹ MOUTINHO, Donato Volkens. Contas dos governantes, pandemia e direito financeiro emergencial: o triplo impacto na apreciação pelos tribunais de contas. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 42-65, jul./dez. 2021. p. 48.

- **Aprovação das contas**, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;
- **Aprovação das contas com ressalva**, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;
- **Rejeição das contas**, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal, ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

Desta forma, a apreciação desta Prestação de Contas Anual, consiste em uma análise geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal ocorrida no exercício, resultando na opinião se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial bem como sobre a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento, nos moldes do previsto no art. 124 do Regimento Interno do TCEES.

Nesse contexto, o Tribunal examinou a atuação da prefeita no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Legislativo municipal. Avaliou também a observância às diretrizes e metas fiscais estabelecidas, bem como o cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis, cujas análises encontram-se nas peças de instrução que compõem os presentes autos.

No que tange à metodologia utilizada, a Corte examinou os demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, exigíveis pela Instrução Normativa (IN) TC 68/2020, de forma a possibilitar a avaliação da gestão pública do chefe do Poder Executivo municipal. Essa avaliação, precedida pela análise de consistência dos dados e informações encaminhados eletronicamente ao TCEES, baseou-se no escopo de análise definido

em anexo específico da Resolução TC nº 297/2016, bem como nos critérios de relevância, risco e materialidade dispostos na legislação aplicável. Foram adotados procedimentos e técnicas de auditoria que culminaram no relatório integrante do presente parecer prévio. Cabe registrar, ainda, que o Tribunal buscou identificar, inclusive em processos de fiscalizações correlacionados, os achados com impacto ou potencial repercussão nas contas prestadas, os quais seguem detalhados no presente documento.

Com o objetivo de oferecer um parecer prévio abrangente e informativo aos parlamentares, à sociedade e aos demais usuários, nos moldes permitidos pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e por seu decreto regulamentar (art. 2º, §3º)², o conteúdo da Instrução Técnica Conclusiva 5237/2024 (doc. 104), são adotados como parte da fundamentação deste voto, independentemente de transcrição, consideradas as razões de decidir expressas nas seções subsequentes deste voto.

I.2 DO MÉRITO

Analisando os autos, verifico que o feito se encontra devidamente instruído, portanto, apto a um julgamento, eis que observados todos os trâmites legais e regimentais.

Ratifico integralmente o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, para **tomar como razão de decidir a fundamentação exarada na Instrução Técnica Conclusiva 5237/2024 (doc. 104)**, anuída pelo **Parecer do Ministério Público de Contas 6067/2024 (doc. 106)**, cuja conclusão reproduz na sequência:

[...]

9. CONCLUSÃO

²Decreto Nº 9.830, de 10 de junho de 2019. Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. Art. 2º A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos. [...] **§ 3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão. (grifos nossos)**

A prestação de contas anual trata da atuação do prefeito municipal responsável pelo governo no exercício de 2023, como chefe do Poder Executivo no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do Município. Alcança ainda os efeitos de eventuais atos de gestão praticados pelo prefeito na execução dos orçamentos das unidades orçamentárias nas quais atua como ordenador de despesas.

A análise realizada e consignada no **Relatório Técnico 255/2024-5** (peça 103), conforme escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

No que tange à conformidade da execução orçamentária e financeira, conforme detalhado na seção 3, tratou-se sobre os aspectos relevantes dos instrumentos de planejamento; gestão orçamentária, financeira, fiscal e limites constitucionais; bem como renúncia de receitas, condução da política previdenciária e riscos à sustentabilidade fiscal.

Em relação à análise das demonstrações contábeis consolidadas, conforme destacado na seção 4, o trabalho diz respeito à sua integridade. Oferece uma conclusão sobre a conformidade das demonstrações contábeis consolidadas com as normas contábeis; ou se as demonstrações apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções ou omissões relevantes que possam prejudicar a tomada de decisão e avaliação nelas baseadas.

Efetuada a análise, com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado, conclui-se que as contas referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de São Domingos do Norte, Sr. ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA, estão em condições de serem aprovadas pela Câmara Municipal de São Domingos do Norte, considerando que não foram identificadas não conformidades relevantes na execução dos orçamentos, nem distorções capazes de comprometer a fidedignidade das demonstrações contábeis.

A conclusão sobre as Contas do Prefeito Municipal fundamenta-se no seguinte:

III.1 i - Opinião sobre a execução orçamentária e financeira

Com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise sobre a execução dos orçamentos do município, detalhados na seção 3, conclui-se que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.

Desse modo, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **opinião sem ressalva** sobre a execução dos orçamentos e a gestão dos recursos públicos municipais no parecer prévio sobre as contas do prefeito referentes ao exercício de 2023.

III.2 ii - Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Com base nas análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios explicitados na seção 4, a partir das quais não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2023.

Desse modo, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **opinião sem ressalva** sobre as demonstrações contábeis consolidadas no parecer prévio sobre as contas do prefeito referentes ao exercício de 2023.

[...]

II PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Por todo o exposto e com base na competência outorgada pelo inciso V, do artigo 29, da Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013 (Regimento Interno do Tribunal de Contas), acompanho integralmente o entendimento da área técnica e do Ministério

Público Especial de Contas e VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte proposta de deliberação.

Davi Diniz de Carvalho
Relator

1. PARECER PRÉVIO TC- 08/2025

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1 Emitir **PARECER PRÉVIO** recomendando à Câmara Municipal a **APROVAÇÃO** das contas anuais, referentes ao exercício de 2023, prestadas pela prefeita municipal de São Domingos do Norte, Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira, nos termos do art. 80, I, da Lei Complementar n.º 621/2012 c/c o art. 132, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

1.2 Com fundamento no art. 9º da Resolução TC 361/2012, expedir **CIÊNCIA** dirigida ao município de São Domingos do Norte, na pessoa de sua prefeita, a Sr.^a Ana Izabel Malacarne de Oliveira ou eventual sucessor no cargo, como forma de **ALERTA**, sobre:

1.2.1 Os possíveis riscos à sustentabilidade fiscal, especialmente tendo em vista que o Município extrapolou o limite de 95% da EC 109/2021 no exercício de 2023 (subseção 3.7.4 da ITC 5237/2024);

1.2.2 A necessidade de o Município aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando a atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência, inclusive quando do encaminhamento de novos projetos de lei (subseções 3.5.2 a 3.5.4 da ITC 5237/2024);

- 1.2.3** O monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME), considerando que, dos oito indicadores que foram possíveis de serem medidos até 2023 (indicadores 1A, 1B, 2A, 4B, 6A, 6B, 16A e 17), seis têm alta probabilidade de serem cumpridos e dois apresentam baixa probabilidade de serem cumpridos até o término do PME (subseção 5.1.1 da ITC 5237/2024);
- 1.2.4** A necessidade de se observar o artigo 165, §§ 2º, 10 e 11 da Constituição da República, tendo em vista que a não observância desses dispositivos resulta na execução do orçamento sem controle de prioridades, podendo provocar a descontinuidade de programas de caráter continuado iniciados em exercícios anteriores ou mesmo o início de novos programas de menor importância em detrimento de outros mais relevantes (subseção 3.2.1.1 da ITC 5237/2024);
- 1.2.5** A necessidade de estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação dos orçamentos, em observância ao que dispõe o artigo 8º da lei de responsabilidade fiscal (subseção 3.3.1 da ITC 5237/2024);
- 1.2.6** Os instrumentos de planejamento de saúde do Município, considerando que os planos e relatórios foram formalmente elaborados, mas não foram disponibilizados no Sistema Digital dos Instrumentos de Planejamento - DigiSUS o 2º e 3º Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior - RDQA e o Relatório Anual de Gestão - RAG. O Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual de Saúde foram aprovados e os RDQA e RAG estão em análise no Conselho de Saúde (subseção 5.2.1 da ITC 5237/2024);
- 1.2.7** O monitoramento do programa Previne Brasil, considerando que foram alcançadas quatro das sete metas estabelecidas, relacionadas às consultas de pré-natal, exames de sífilis e HIV para gestantes, atendimento odontológico de gestantes e coleta de citopatológicos. Já os indicadores relativos à vacinação infantil e ao acompanhamento de

condições crônicas como hipertensão e diabetes não foram alcançados, com destaque negativo para a vacinação infantil (subseção 5.2.2 da ITC 5237/2024).

1.3 ENCAMINHAR, juntamente com o Voto e Parecer Prévio, a ITC 5237/2024.

1.4 ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 31/01/2025 - 1ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Davi Diniz de Carvalho (presidente/relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Sérgio Aboudib Ferreira Pinto.

CONSELHEIRO DAVI DINIZ DE CARVALHO

Presidente

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Em substituição ao procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Subsecretária das Sessões



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000
Telefone (027) 99815-4430 CNPJ 36.350.320/0001-19
www.camarasdn.es.gov.br admin@camarasdn.es.gov.br

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002, DE 26 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, relativas ao exercício de 2023, sob a responsabilidade da Senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira.

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições determinadas no §1º do art. 208 do Regimento Interno da Câmara Municipal, **APRESENTA** e a Câmara Municipal de São Domingos do Norte/ES, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA**:

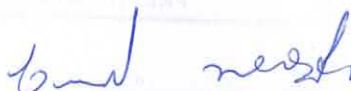
Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, relativas ao exercício de 2023, sob a responsabilidade da Senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira, em consonância com o Parecer Prévio nº 00008/2025-3 – 1º Câmara, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e com base no parecer da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Domingos do Norte/ES.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,
Em 26 de maio de 2025.


**ANDRESSA APARECIDA FERREIRA
SIQUEIRA**
Presidente


IVANETE KUSTER
Relatora


LEONEL MENEGUETE
Membro

Câmara Municipal
São Domingos do Norte



PROCESSO: Nº 000153/2025 26/05/2025
Origem: Câmara Municipal

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo nº 002, de 26 de maio de 2025, que "Dispõe sobre a Prestação das contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, relativas ao exercício de 2023, sob a responsabilidade da Senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira."



Autenticar documento em <https://spbcam.mtasdn.es.gov.br/> com o identificador 3100350035003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÀS COMISSÕES PERMANENTES
SALA DAS SESSÕES
EM 26 / 05 / 2025
3
PRESIDENTE

APROVADO EM primeira
DISCUSSÃO POR unanimidade
8 FAVORÁVEIS — CONTRÁRIOS
— ABSTENÇÕES — AUSÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES, 11/06/25
3
PRESIDENTE

APROVADO EM segunda
DISCUSSÃO POR unanimidade
8 FAVORÁVEIS — CONTRÁRIOS
— ABSTENÇÕES — AUSÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES, 30/06/25
3
PRESIDENTE





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000
Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19
www.camarasdn.es.gov.br admin@camarasdn.es.gov.br

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de reuniões da Câmara Municipal de São Domingos do Norte/ES os membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, composta pelas Vereadoras Andressa Aparecida Ferreira Siqueira, Ivanete Kuster, e pelo Vereador Leonel Meneguete, com a presença da Procuradora Jurídica desta Casa, Rayani Mattos Scaramussa. A pauta da reunião consistiu na análise e emissão de parecer, bem como na elaboração de projeto de decreto legislativo, referente às contas da Prefeitura Municipal do exercício de 2023. A documentação pertinente foi encaminhada a esta Casa de Leis pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio do Ofício nº 04198/2024-3, tendo sido posteriormente distribuída aos membros desta Comissão para análise prévia. Após as devidas deliberações e considerações, os parlamentares presentes manifestaram-se, de forma unânime, pelo acolhimento integral do Parecer Prévio nº 00008/2025-3, emitido pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Em decorrência, a Comissão deliberou e redigiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2025, com o objetivo de aprovar as contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, referentes ao exercício financeiro de 2023, sob a responsabilidade da senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada para os devidos fins de registro e arquivamento.

ASSINATURAS:

ANDRESSA APARECIDA FERREIRA SIQUEIRA..... 

IVANETE KUSTER..... 

LEONEL MENEGUETE..... 

RAYANI MATTOS SCARAMUSSA..... 





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

www.camarasdn.es.gov.br admin@camarasdn.es.gov.br

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONTAS ANUAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES - EXERCÍCIO DE 2023 - APROVAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2025 - APROVAÇÃO DAS CONTAS.

O Projeto de Decreto nº 002/2025, de autoria da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento deste Poder Legislativo, dispõe sobre as Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, relativas ao exercício financeiro de 2023, sob a responsabilidade da Senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira.

A matéria foi distribuída a esta Comissão Permanente de Justiça e Redação, com fundamento no art. 41 do Regimento Interno, que assim dispõe:

Art. 41. Compete à Comissão de Justiça e Redação:

I- manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

[...]

§ 1º É obrigatória a audiência da Comissão de Justiça e Redação sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento.

[...]

É o relatório.

Opino.

Pois bem. A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento reuniu-se para análise e emissão de parecer opinativo, assim como para a elaboração do respectivo Projeto de Decreto Legislativo, com base no que preconiza o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nesse contexto, vale mencionar o art. 98 do referido Diploma Legal, que estabelece o seguinte:

Art. 98. Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, e que tenham efeito externo.

O projeto de Decreto Legislativo sob análise, acolhe na integralidade o entendimento adotado pelo TCEES no Parecer Prévio nº 00008/2025-3 da 1º Câmara, no sentido de aprovar as contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, referentes ao exercício de 2023.

Sabemos que a Constituição Federal é bastante clara e precisa quanto à competência do Poder Legislativo para julgar as contas de governo do Chefe do Poder Executivo, após a





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte – ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

www.camarasdn.es.gov.br admin@camarasdn.es.gov.br

necessária e indispensável atuação do Tribunal de Contas do Estado. Vejamos o que diz o art. 31 da Carta Magna:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Outrossim, em conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, compete à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento apresentar ao Plenário o projeto de Decreto Legislativo sobre a prestação de contas.

Desse modo, o projeto em análise não necessita de maiores comentários, sob o ponto de vista de sua legalidade, pois não apresenta vícios de iniciativa ou de ordem técnica. Além disso, não há afronta a qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Portanto, na qualidade de Relator da Comissão Permanente de Justiça e Redação, manifesto-me favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 002, datado de 26 de maio de 2025.

É o voto.

Sala das Comissões,
Em 05 de junho de 2025.


VÂNILDO SALVADOR
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

www.camarasdn.es.gov.br admin@camarasdn.es.gov.br

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão Permanente de Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente à aprovação do parecer apresentado pelo Relator, Vereador Vanildo Salvador, e, conseqüentemente, pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 002, datado de 26 de maio de 2025, que "Dispõe sobre a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, relativas ao exercício de 2023, sob a responsabilidade da Senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira.

Destacamos que o referido projeto atende integralmente aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,
Em 05 de junho de 2025.


ROSÂNGELA SILVESTRE NOGUEIRA
Presidente


VANILDO SALVADOR
Relator


DANILO HENRIQUE BALLARINI
Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000
Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19
www.camarasdn.es.gov.br admin@camarasdn.es.gov.br

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES - EXERCÍCIO DE 2023 - RESPONSABILIDADE DA SENHORA ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA - ACOLHIMENTO DO PARECER PRÉVIO 00008/2025-3 DA 1ª CÂMARA - APROVAÇÃO.

I- RELATÓRIO

Trata-se de análise do Parecer Prévio 00008/2025-3 da 1ª Câmara, prolatado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos autos do processo TC nº 4198/2024, referente a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, do exercício de 2023.

No dia 26 de março de 2025, foram recebidas nesta Casa de Leis, as cópias do Parecer Prévio 00008/2025-3 1ª Câmara, do Parecer do Ministério Público de Contas 6067/2024, da Instrução Técnica Conclusiva 5237/2024 e do Relatório Técnico 255/2024.

O processo foi prontamente enviado a esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.

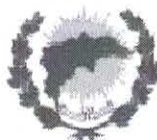
II- DA FUNDAMENTAÇÃO

A Prestação de Contas anual demonstra a atuação do chefe do Poder Executivo Municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento (Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual), e às disposições constitucionais e legais aplicáveis.

A matéria relacionada à análise e ao julgamento das contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo é tratada pela Constituição Federal, notadamente nos artigos 70 e 71, I, e, especialmente para os Municípios, no art. 31, § 1º e §2º.

Ressalta-se que a Constituição Federal é bastante clara e precisa quanto à competência do Poder Legislativo para julgar as contas de governo do Chefe do Poder Executivo, após a necessária e indispensável atuação do Tribunal de Contas do Estado.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000
Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19
www.camarasdn.es.gov.br admin@camarasdn.es.gov.br

Neste sentido, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições, em obediência às determinações legais e regimentais vigentes, reuniu-se para análise e emissão de parecer opinativo sobre o Parecer Prévio 00008/2025-3- 1º Câmara do TCEES, e, por conseguinte, sobre as contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, concernentes ao exercício financeiro de 2023.

III- DA ANÁLISE DAS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo emitiu Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2023, prestadas pela Prefeita de São Domingos do Norte, Senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira.

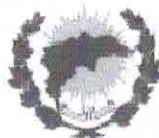
Destaca-se que a ciência da chefe do Poder Executivo foi formalmente assegurada quanto às ocorrências consignadas na Instrução Técnica Conclusiva, como forma de alerta.

Analisando os argumentos apresentados nos documentos que instruem o processo, observa-se que a razão assiste ao TCEES. Por esse motivo, manifesto-me pelo **ACOLHIMENTO NA ÍNTEGRA DO PARECER PRÉVIO Nº 00008/2025-3 DA 1ª CÂMARA, NO SENTIDO DE APROVAR AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES, PERTINENTES AO EXERCÍCIO DE 2023, SOB A RESPONSABILIDADE DA SENHORA ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA.**

É o voto.


IVANETE KUSTER
Relatora





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte – ES CEP 29745-000
Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19
www.camarasdn.es.gov.br admin@camarasdn.es.gov.br

DA ANÁLISE DA COMISSÃO

Ante o exposto, com observância ao disposto no “*caput*” do art. 208 do Regimento Interno, o parecer desta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento é no sentido de **APROVAR AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, SOB A RESPONSABILIDADE DA SENHORA ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA**, pelas razões descritas pela Relatora, acompanhando integralmente o PARECER PRÉVIO 00008/2025-3 DA 1ª CÂMARA DO TCEES.

Em tempo, apresentamos ao Douto Plenário o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2025, obedecendo ao que determina o § 1º do artigo regimental acima citado.

Solicitamos aos nobres Edis que acompanhem o nosso Parecer e votem pela aprovação do dito Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões,
Em 26 de maio de 2025.


ANDRESSA APARECIDA FERREIRA SIQUEIRA
Presidente


IVANETE KUSTER
Relatora


LEONEL MENEGUITE
Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

BOLETIM DE VOTAÇÃO

PROJETO: Projeto de Decreto Legislativo nº 002 de 26 de maio de 2025

AUTOR: Comissão Permanente de Finanças e Orçamento

ASSUNTO: Dispõe sobre a aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES, relativas ao Exercício de 2023, sob a responsabilidade da Senhora Ana Izabel Malacarne de Oliveira.

VEREADORES	PRIMEIRA DISCUSSÃO DIA 11/06/2025			
	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
ANDRESSA APARECIDA FERREIRA SIQUEIRA	X			
CELSO PADILHA MENEGUETE	X			
DANILO HENRIQUE BALLARINI	X			
IVANETE KUSTER	X			
LEONEL MENEGUITE	X			
PATRICK MOTA	X			
ROSÂNGELA SILVESTRE NOGUEIRA	X			
VANILDO SALVADOR	X			
TOTAL	8	-	-	-

VEREADORES	SEGUNDA DISCUSSÃO DIA 30/06/2025			
	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
ANDRESSA APARECIDA FERREIRA SIQUEIRA	X			
CELSO PADILHA MENEGUETE	X			
DANILO HENRIQUE BALLARINI	X			
IVANETE KUSTER	X			
LEONEL MENEGUITE	X			
PATRICK MOTA	X			
ROSÂNGELA SILVESTRE NOGUEIRA	X			
VANILDO SALVADOR	X			
TOTAL	8	-	-	-

RESULTADO FINAL: APROVADO POR UNANIMIDADE
 APROVADO POR MAIORIA
 REJEITADO POR UNANIMIDADE
 REJEITADO POR MAIORIA





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Celular (27) 99815-4430 CNPJ 36.350.320/0001-19

www.camarasdn.es.gov.br / admin@camarasdn.es.gov.br

Of. nº 056/2025

São Domingos do Norte-ES, 03 de julho de 2025.

À

Exm.^a Sr.^a

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA

DD. Prefeita Municipal de São Domingos do Norte - ES

21599/2025
PROTOCOLO Nº
FOLHAS Nº
LIBRO Nº
RECEBIDO EM 03 07 2025
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Senhora Prefeita,

Vimos por intermédio do presente, encaminhar a Vossa Excelência cópia das Leis nº 1.168/2025 a 1.170/2025, do Decreto Legislativo nº 378/2025 e Indicações nº 055 a 060/2025, para as providências cabíveis.

Sendo o que se apresenta para o momento, valemo-nos do ensejo para renovar-lhe votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

SÉRGIO LUIZ TAMANINI
Presidente

